



IJSN - Instituto Jones dos Santos Neves

2011

46

TEXTO PARA DISCUSSÃO

ESTUDOS DE CRIME
A Escola Sociológica de Chicago

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO – SEP
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN

**TEXTO PARA
DISCUSSÃO** | **46**

ESTUDOS DE CRIME: a Escola Sociológica de Chicago

Deivison Souza Cruz
Coordenação de Estudos Sociais,
Instituto Jones dos Santos Neves

Instituto Jones dos Santos Neves

TD – 46

Coordenação Geral

Regis Mattos Teixeira

Coordenação de Estudos Sociais

Ana Paula Santos Sampaio

Assessoria de Relacionamento Institucional

Editoração

Maria de Fátima Pessoti

Capa

Eugênio Geaquinto Herkenhoff

Bibliotecária

Andreza Ferreira Tovar

Instituto Jones dos Santos Neves

Estudos de crime: a escola sociológica de Chicago. Vitória, ES, 2011.

29f. il. tab. (Texto para discussão, 46)

1.Criminalidade. 2.Sociologia. 3.Escola de Chicago. 4.Estudo de Casos.
I.Cruz, Deivison Souza.II.Título. III.Série.

Sumário

APRESENTAÇÃO	05
1. INTRODUÇÃO	06
1.1 Crescimento econômico/populacional e de problemas sociais	08
2. O CENÁRIO DE CRESCIMENTO DA CRIMINALIDADE NA CIDADE DE CHICAGO	12
2.1 ASSIMILAÇÃO CULTURAL E CONTROLE SOCIAL	12
2.2 CONCENTRAÇÃO DE POBREZA E CRIME	13
2.3 TRANSMISSÃO CULTURAL DA CRIMINALIDADE	17
3. PARADIGMA SOCIOLÓGICO E ENGENHARIA SOCIAL: ESCOLA DE CHICAGO E POLÍTICAS PÚBLICAS	19
3.1 PROBLEMAS SOCIAIS E AÇÃO DOS GOVERNOS	19
3.2 POLÍTICAS DE REDUÇÃO DO CRIME E DELINQUÊNCIA	21
4. CRÍTICAS À ESCOLA DE CHICAGO	23
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	25

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Cidade de Chicago - crime e ficção	07
Figura 2A – Número de habitantes da cidade de Chicago (por década, 1870-1940)	09
Figura2B – Variação do crescimento demográfico da Chicago por década, 1870-1940	09
Figura 3 – Taxa de homicídios da cidade de Chicago (1870-1940)	10
Figura 4 – Limites da cidade de Chicago (1850-1940)	11
Figura 5 – Teoria das Zonas Concêntricas	14
Figura 6 – Modelo teórico geral da Escola de Chicago	19

Apresentação

Os estudos realizados pelos professores ligados ao departamento de Sociologia da Escola de Chicago foram importantes para a cidade, e também influenciaram decisivamente a sociologia norte-americana e mundial em função de problemas comuns relacionados ao crescimento acelerado de outras cidades do mundo, sendo que o sucesso internacional emergiu após a década de 1920. Desse modo, o que se espera é que a similaridade com experiência da cidade de Chicago tem sido vista como um aprendizado teórico capaz de contribuir para a compreensão do caso da Região Metropolitana da Grande Vitória, em particular.

Ressalva-se que o objetivo do texto é expor o núcleo da teoria em suas premissas e o seu mecanismo lógico. É nisso que constitui a argumentativa do texto. Passados quase um século de algumas publicações da Escola de Chicago, os métodos quantitativos não estavam na época plenamente desenvolvidos, bem como os registros administrativos não se encontram facilmente disponíveis. Evidentemente, os trabalhos citados podem ser pesquisados, trazendo o contexto empírico em sua riqueza de detalhes, algo que – em função da prioridade para o plano teórico - não é possível de explicitar plenamente no presente trabalho.

O presente texto tem sua estrutura dividida em quatro seções. Na primeira serão apresentados alguns dados da cidade de Chicago, relativo ao crescimento populacional, taxa de homicídios e expansão da área urbana e o impacto destes fatores na expansão da demanda de serviços públicos e de planejamento governamental. A segunda seção descreve os problemas decorrentes da expansão econômica e demográfica e, em especial, os subsequentes problemas de (2.1) assimilação dos migrantes/ imigrantes, (2.2) a concentração geográfica de pobreza e criminalidade e o mecanismo social de (2.3) transmissão cultural da criminalidade e da delinquência.

A terceira seção aborda como (3.1) os problemas sociais e ação governamental frente ao desafio da assimilação cultural pautou o debate intelectual da época, com implicações diretas sobre as pesquisas da Escola de Chicago. Na seção 3.2, aborda-se o modo como a articulação entre governo e redes de ajuda local, ao nível de comunidade, passou a pautar as políticas de redução de crime e delinquência juvenil. Por fim, a quarta seção finaliza expondo algumas críticas direcionadas à escola de Chicago.

1. INTRODUÇÃO

A visão mundial da associação entre a cidade de Chicago e a criminalidade tem sido exemplificada pela imagem dos gangsteres do cinema norte americano para o início do séc. XX. Essa imagem guarda um forte lastro empírico. Em 1931, a condenação de Al Capone por sonegação fiscal, como parte dos esforços do grupo de agentes federais coordenados por Eliot Ness, e retratado no filme *Os Intocáveis* de Brian de Palma (ver figura 1) - mostrou-se apenas como um capítulo tardio da histórica criminalidade na cidade.

Retomando essa trajetória da cidade em fins do séc. XIX, David Ruth afirmou que Chicago já era vista como uma cidade corrompida, entregue ao crime e imoralidade. Em avaliação que conformaria o cotidiano marcado por homicídios, estupros, roubos, e incêndios criminosos, o autor afirma que:

A reputação da cidade era tão ruim que muitos viram a punição divina no incêndio de 1871¹. Chicago assumia a versão moderna de Sodoma e Gomorra². Após o incêndio, e não dando razões ao otimismo, a ilegalidade voltou. Conforme declarou um jornal da época, "A cidade está infestada por hordas de ladrões, assaltantes e cortadores de garganta, empenhados em pilhagem, e eles não hesitarão em queimar, roubar e até mesmo matar." (tradução nossa).

As seis décadas que separam o Grande Incêndio de 1871 da condenação de Al Capone em 1931 levantam a questão sobre quais os fatores que levaram à reputação negativa de uma cidade tão próspera. A resposta a essa questão pode ser encontrada nos esforços acadêmicos da Universidade de Chicago (Illinois, EUA, fundada em 1887), notadamente por meio de seu Departamento de Sociologia³, que contribuiu com importantes estudos de sociologia da criminalidade e para os estudos de sociologia urbana, e cujo foco principal foi a própria melhoria das condições de vida da cidade de Chicago.

Pesquisas realizadas no início do séc. XX pelos professores ligados ao departamento de Sociologia da Escola de Chicago mostraram-se importantes para o planejamento dessa cidade, e influenciaram posteriormente a sociologia norte-americana e mundial, sobretudo após a década de 1920. Essa importância decorreu de problemas comuns relacionados ao crescimento urbano acelerado de outras cidades do mundo. A atualidade das contribuições pode ser percebida pela similaridade com a história de diversas cidades do mundo, de várias cidades do Brasil e da Região Metropolitana da Grande Vitória, em particular.

¹ As construções eram em grande parte feitas de madeira. Após um período de grande seca em 1871 e diversos pequenos incêndios ao longo do mês de setembro e outubro, o fogo começou em estábulo, às 9:00 da manhã de domingo (08/10/1871). Os bombeiros estavam exaustos dos trabalhos do dia anterior e só chegaram uma hora depois, no qual o fogo já estava incontrolável. O fogo se alastrou destruindo um terço da cidade de 300 mil habitantes, o que significou 18 mil estabelecimentos e cerca de 300 pessoas mortas. Um ano depois a cidade se reconstruiu (ver Sawislak (2005[2004])).

² Conforme o relato bíblico presente na tradição judaico-cristã, Sodoma e Gomorra teriam sido destruídas por Deus - por meio de fogo e enxofre descido do céu - como punição divina por sua imoralidade (ver livro de Genesis 13-19).

³ Também conhecida como Teoria Ecológica do Crime, Teoria da Ecologia Humana, Teoria das Zonas Concêntricas ou Teoria da Desorganização Social.

A produção de conhecimento decorreu da junção entre processos sociais e econômicos singulares e a existência de um forte centro de pesquisas. Sendo considerada pelos pesquisadores como campo de pesquisas privilegiado, a cidade foi considerada um verdadeiro “*laboratório vivo*”, fator que inspirou diversos trabalhos. Em recente revisão de literatura, Sampson e Morenoff afirmaram que a influência moderna dessa escola adveio das crescentes necessidades de compreensão e intervenção do problema ao nível de comunidade (Sampson e Morenoff, 1997).

Figura 1 - Cidade de Chicago - crime e ficção



1. Alphonse Capone (1931) - Al Capone (Gangster);
2. Robert de Niro - no papel de Al Capone;
3. Elliot Ness (1947) (agente federal norte-americano);
4. Kevin Costner - no papel de Elliot Ness

Fonte: 1. Prisão de Alcatraz (prisioneiros notáveis):<http://alcatraz.mobi/inmates.html>
 3. Centro de Memória Cleveland:<http://clevelandmemory.org/crime/>
 2 e 4. Os intocáveis, em De Palma (1987)

Considerando a pluralidade de estudos orientados pela perspectiva da Escola de Chicago, é possível identificar duas linhas principais. A primeira relacionada às transformações culturais, vide Thomas & Znaniecki (1918), Frazier (1932; 1949) e Park (1922; Park, Burgess *et al.*, 1925; Burgess, 1926; Park, 1972). Outros, por sua vez, dedicaram-se às investigações acerca da pobreza, da delinquência juvenil e da criminalidade, bem como ao planejamento urbano e às políticas públicas. Ernest Burgess (1926), Park *et al.* (Park, Burgess *et al.*, 1925) e Shaw & McKay (1929; 1942).

No campo das contribuições metodológicas, parte desse esforço adveio da conjugação de estatísticas oficiais e trabalho de campo. Além disso, a concentração geográfica dos crimes e os fatores locais que se relacionaram a esse fenômeno fizeram com que os pesquisadores da Escola de Chicago expusessem dados em mapas aos quais, ressalva-se, a cartografia era instrumentalizada pela sociologia. A ideia subjacente foi demonstrar como variáveis sociais locais e características das cidades impactavam nas relações sociais no âmbito da cidade e comunidades específicas.

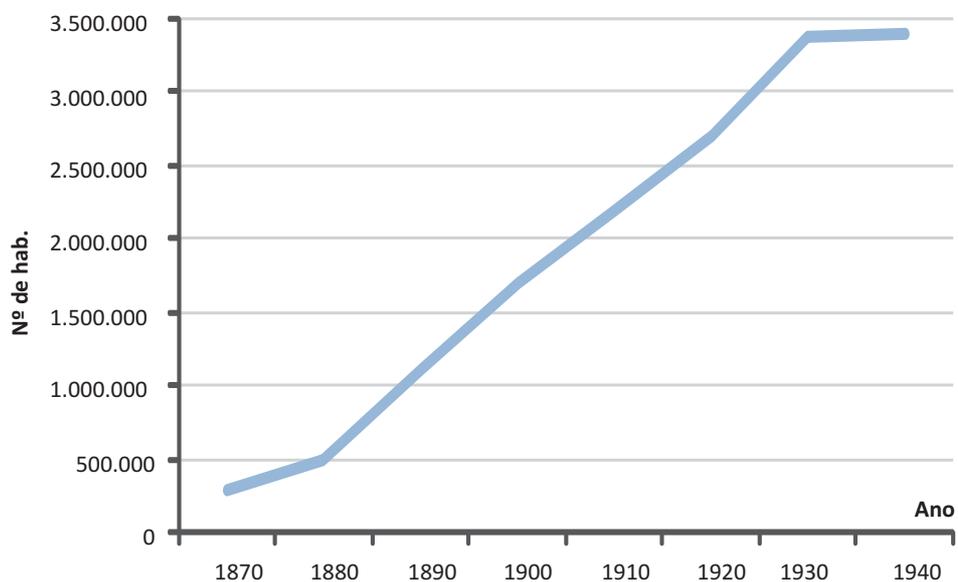
1.1 Crescimento econômico populacional e de problemas sociais

O crescimento econômico e demográfico acelerado da cidade de Chicago nas últimas décadas do séc. XIX e primeiras décadas do séc. XX (figuras 2a, 2b e 4) associou-se a grandes mudanças sociais, sobretudo heterogeneidade cultural/ racial e crime (figura 3). Em termos econômicos, a crescente importância das cidades no entorno da região dos Grandes Lagos a partir da segunda metade do séc. XIX relacionou-se com a crescente industrialização dos EUA no período pós Guerra de Secessão (1861-65). Na cidade de Chicago, foi marcante a expansão da rede ferroviária americana (1848 em diante); a construção do Canal Michigan-Illinois (1848) e sua junção com o Rio Mississippi (1900).

Paralelamente a esses fatores econômicos, o crescimento demográfico da cidade relacionou-se à ocupação do Meio Oeste americano a partir da segunda metade do séc. XIX e às variadas pressões demográficas que se seguiram, aos quais se destaca a migração de negros dos estados sulistas nas décadas posteriores a Guerra de Secessão (1861-65) (Grossman, 2005[2004]) e a crescente onda migratória européia em fins do séc. XIX e início do séc. XX - tais como alemães (Harzig, 2005[2004]), ucranianos (Hrycak, 2005[2004]), poloneses (Pacyga, 2005[2004]), italianos (Vecoli, 2005[2004]), irlandeses (Skerrett, 2005[2004]), judeus (Cutler, 2005[2004]), principalmente - e, em menor escala, chineses (Steffes, 2005[2004]).

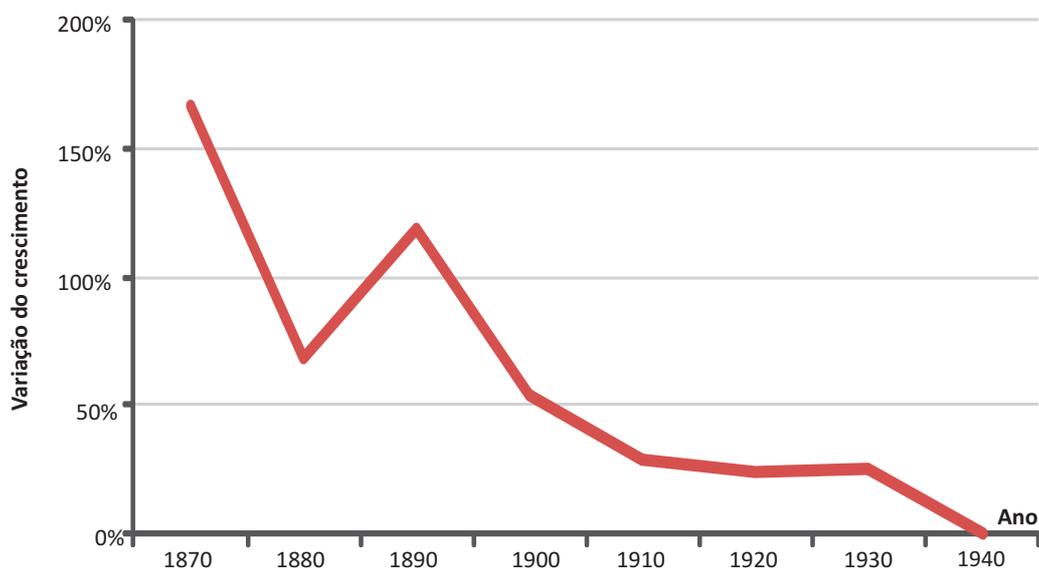
A prosperidade econômica levou a passagem de um cenário rural para a segunda cidade mais populosa dos EUA em poucas décadas. A magnitude desta mudança urbana pode ser percebida pelo crescimento demográfico da cidade de 1850 a 1930 e o conseqüente aumento do perímetro urbano. Houve, em função disso, a necessidade de intervenção dos governos nas políticas de controle social e serviços públicos.

Figura 2A - Número de habitantes da cidade de Chicago (por década, 1870-1940)



Fonte: <http://physics.bu.edu/~redner/projects/population/cities/chicago.html>

Figura 2B - Variação do crescimento demográfico da Chicago por década - 1870-1940



Fonte: <http://physics.bu.edu/~redner/projects/population/cities/chicago.html>

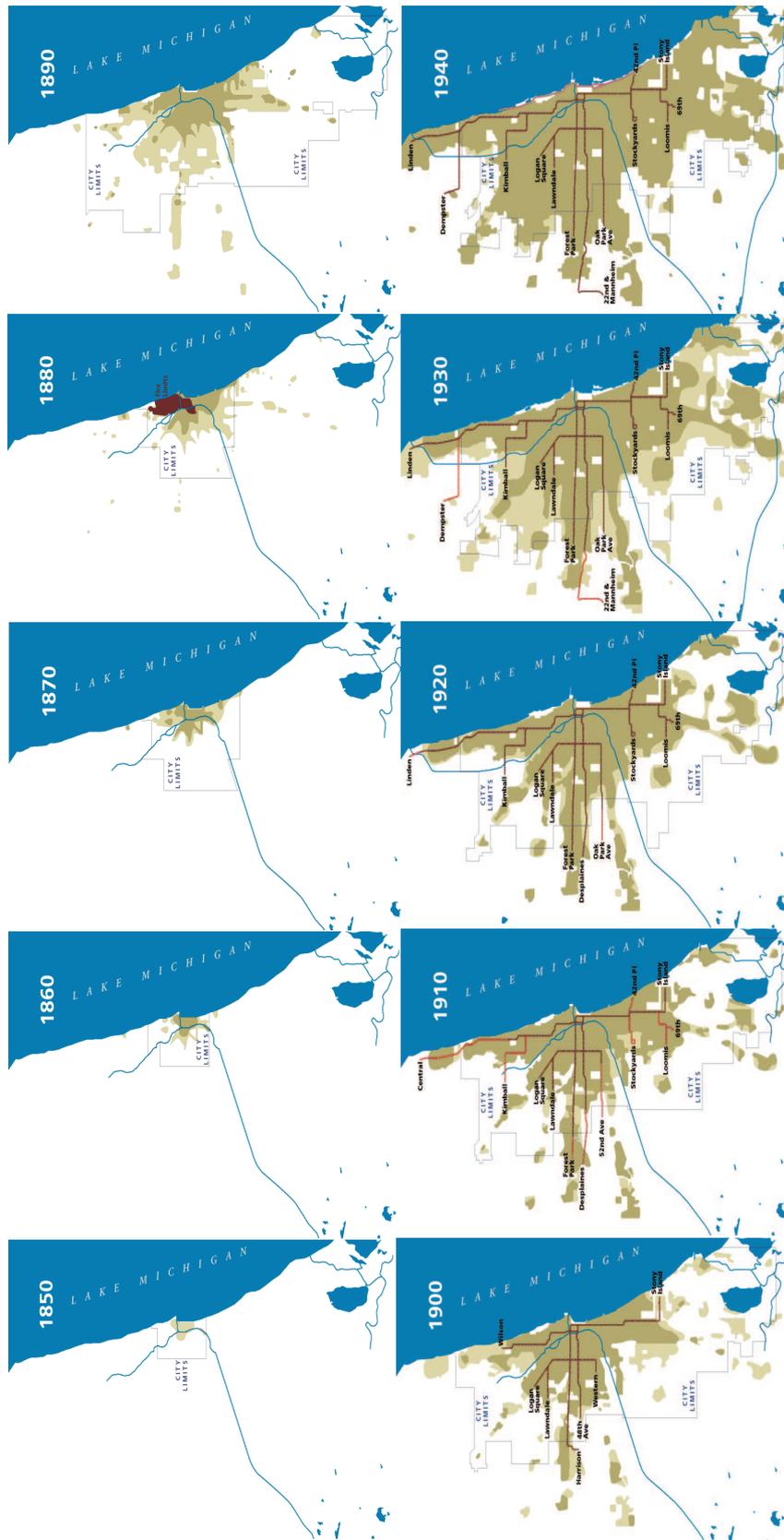


Fonte: <http://physics.bu.edu/~redner/projects/population/cities/chicago.html>

Em função disso, sucessivas administrações públicas (indo dos governos municipais ao federal) se viram desafiadas a expandirem as funções governamentais, o que significou a criação e expansão de agências de planejamento e burocracias de serviços urbanos, educação, assistência social, emprego, controle de crime e delinquência juvenil. Considerando a complexidade e a velocidade com que cresciam os problemas sociais urbanos, governantes, empresários e comunidade buscaram soluções que fizeram com que o papel da Universidade de Chicago se tornasse decisivo nesse processo (Teaford, 2005[2004]). Coube ao Departamento de Sociologia realizar diagnósticos e informar o formato e o conteúdo de diversas políticas públicas (Abbott e Wurr, 2005[2004]).

Ressalve-se que diversas mudanças só seriam consolidadas na década de 30 como parte do crescente esforço reformista, no qual o New Deal mostrou-se como seu ponto culminante. Por sua vez, comparando-se 1940 e 1930 (figuras 2a, 2b e 3), a estagnação populacional e redução das taxas de homicídios é parte desse esforço intervencionista na área social, inclusive políticas de emprego. Ademais, agrega-se ao contexto do período 1939-1941 a incerteza quanto ao posicionamento da entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial (Duis, 2005[2004]).

Figura 4 - Limites urbanos da cidade de Chicago (1850-1940)



Fonte: Universidade de Illinois - <http://igger.uic.edu/depts/ahaa/imagebase/chimaps/chiang.gif>
 Observação 1: A mancha vermelha no ano de 1880 refere-se à área tomada pelo incêndio de 1871;
 Observação 2: As linhas ao longo da cidade de 1900 e seguintes referem-se à expansão das linhas principais de transporte cidade (bondes).

2. O CENÁRIO DE CRESCIMENTO DA CRIMINALIDADE NA CIDADE DE CHICAGO

2.1 Assimilação cultural e controle social

O crescimento populacional da cidade relacionou-se diretamente a migração. E a cada onda migratória, muitas das famílias recém-chegadas não estavam integradas no sentido territorial, político, econômico ou cultural para com a sociedade de Chicago, e alguns mesmo frente à sociedade norte-americana. Tendo em conta este fenômeno, Park (1922; 1972) considerou que o desafio da assimilação não estava apenas nas próprias mãos dos grupos recém-chegados. O processo de assimilação dependia em muito da relação entre os migrantes/ imigrantes e os grupos locais estabelecidos, estes últimos com maiores recursos econômicos, redes sociais e influência junto à opinião pública.

Esta separação estrutural entre estabelecidos e “outsiders” – para usar uma terminologia de Elias e Scotson (2000) – tem paralelos óbvios com o de certas regiões e cidades brasileiras cujo crescimento se deveu historicamente a intensas ondas migratórias como é o caso do Espírito Santo e da cidade de Vitória e suas adjacências nos séculos XIX e XX.

Sob um prisma otimista, o histórico de assimilação de novas populações acompanhava a sociedade americana desde a colonização nos séc. XVI e XVII. Porém, com o crescimento das imigrações em meados do séc. XIX nos EUA, e na cidade de Chicago de fins do séc. XIX e início do séc. XX -, esse processo defrontou-se com o temor dos residentes já assimilados frente aos grupos migrantes/ imigrantes (Roediger, 2005[2004]). O temor expressou-se no sentimento de preconceito e desprezo para com os “não brancos” (negros migrantes do sul pós-guerra de secessão), “não protestantes” (italianos, irlandeses, poloneses), “não urbanizadas” (poloneses) ou “raças estranhas” (judeus, asiáticos), etc..

Por sua vez, do ponto de vista dos migrantes/ imigrantes, o desafio da assimilação relacionava-se à emergência de novos estilos de vida, consumo e metas culturais, e isso significava também oportunidades e situações novas. Entretanto, muitos destes comportamentos e papéis divergiam dos valores culturais rurais ou provincianos, ou às formas de sociabilidade comuns aos membros dos diferentes grupos sociais. Muitos dos modelos de comportamento emergente se oporiam aos papéis tradicionais rurais (poloneses), provincianos (residentes locais), da cultura italiana (negros sulistas).

Problemas sociais e econômicos se somaram ao vazio deixado pela fragilidade das instituições tradicionais de cada um dos grupos (família, escola, Estado e mercado de trabalho). Esse vazio provocou atrito entre exigências das novas formas de convivência urbana e a sociabilidade anterior dos grupos migrantes/ imigrantes. Isso significou também diferenças entre competências, normas, valores e impessoalidade. É nesse bojo que a preponderância de papéis sociais transitórios e laços sociais instáveis pautou as relações interpessoais (Thomas e Znaniecki, 1918; Park, Burgess *et al.*, 1925). No âmbito das comunidades, a fragilidade das relações sociais, e o conseqüente atrito entre as novas formas de convivência urbana e as instituições tradicionais dos grupos sociais migrantes/ imigrantes engendraram situações de conflito e criminalidade.

Neste cenário, a assimilação não seria algo simples, mas ocorreria como parte de um processo complexo, permeado por mudanças sociais e desvantagens estruturais em certas localidades intra-urbanas. Dentre o conjunto de problemas, as altas taxas de crime foi o sinal visível da corrosão da sociabilidade em algumas comunidades de Chicago. É nesse cenário que o problema da assimilação converge com o problema da escolha de políticas públicas e de métodos de controle social. Embora divergindo do enfoque conservador da obra de Edward Ross (1995) – sobretudo no que trata aos posicionamentos racistas - as reflexões desse autor para centralidade do controle social como um dos problemas centrais da sociologia americana influenciaram fortemente os pesquisadores da Escola de Chicago nas décadas seguintes.

2.2 Concentração de pobreza e crime

O desafio dos pesquisadores da Escola de Chicago seria de compreender os mecanismos que influenciavam no controle social. Geralmente, os resultados demonstraram que fatores relacionados à desorganização e à criminalidade estavam associados às condições sociais e econômicas das comunidades, o que divergiu da tese que haveria uma relação necessária entre perfil étnico dos grupos populacionais que ali residiam e uma suposta relação natural com a incidência de crimes nesses grupos.

Em termos empíricos, os mapas mostraram que taxas maiores de crimes ocorreram em comunidades que contavam com (i) maior concentração de pobreza, precariedade das relações de trabalho e desemprego; (ii) déficit de saneamento; (iii) doenças (físicas e mentais), (iv) heterogeneidade cultural/racial e conflitos étnicos; (v) déficit, precariedade e mobilidade residencial alta; (vi) taxas elevadas de divórcio, mães solteiras e famílias numerosas; (vii) déficit de supervisão parental; (viii) baixos níveis agregados de educação e desempenho escolar, evasão escolar; (ix) fragilidade das redes sociais comunitárias (igrejas e grupos sociais), (x) baixa participação política e (xi) reduzida assistência social (Park, Burgess *et al.*, 1925; Nugent, 2005[2004]). Alguns desses resultados podem ser encontrados em cidades - americanas e de outros países (como o Brasil) - que tenham experimentado transformações similares.

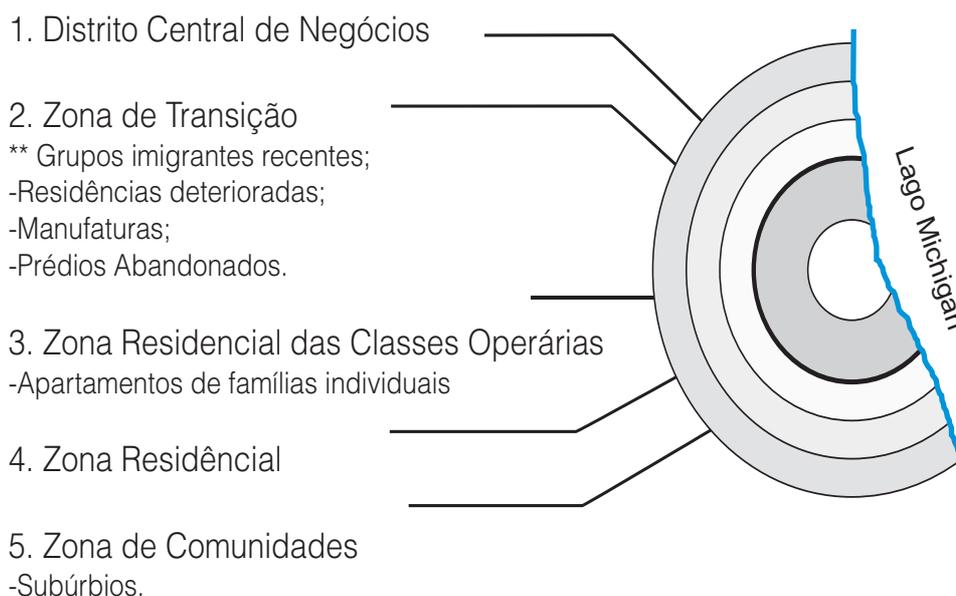
Os pesquisadores identificaram que - ao traçaram círculos concêntricos no mapa da cidade de Chicago, dividindo-a em cinco zonas concêntricas (figura 5) - áreas semelhantes da cidade (em termos de distância para com o centro da cidade de Chicago) contavam com taxas de criminalidade parecidas e, portanto, sofreriam pressões sociais semelhantes. Mais especificamente, as comunidades situadas na Zona de Transição (Figura 4) apresentavam proporcionalmente mais crimes, desordem pública e delinquência juvenil, e isso se mostrou relacionado ao efeito acumulado das desvantagens estruturais sobre a sociabilidade urbana. A esse processo os pesquisadores chamaram de “desorganização social”.

Ao analisarem o processo histórico de expansão territorial da cidade - indo do centro da cidade para a periferia -, os autores perceberam uma pressão contínua sobre o território que apresentou caracterís-

ticas interessantes. Mais especificamente, é em função desta analogia que Park e associados (1922; Park e Turner, 1967; Park, 1972) e E. Burges e Mackenzie (1925) usaram os termos dominância, invasão e sucessão - em sentido análogo ao cunhado originalmente por Darwin e atribuído à disputa territorial por grupos animais e vegetais - para explicar como diferentes grupos raciais/ culturais tendiam a se aglomerar em localidades específicas da cidade, migrar, ampliar ou expandir sua influência.

Todavia, a similaridade de termos guarda diferenças a serem destacadas. Park defendeu que a cidade comporia um organismo supra-individual influenciado pela ordem moral, aos quais caberiam, portanto, medidas moralizadoras e políticas públicas de infra-estrutura e assistência social. Em resumo, a associação dos termos da biologia - dominância, invasão e sucessão - para a sociologia urbana referiam-se as mudanças ocorridas nos diferentes grupos culturais e étnicos, desautorizando a interpretação de que a criminalidade na cidade seria anárquica, como uma suposta luta de todos contra todos.

Figura 5 - Teoria das Zonas Concêntricas



Fonte: Originalmente cedida pelo Programa de Justiça Criminal de Calvin College - <http://www.csiss.org/classics/content/66>

Exemplo nesse sentido foi observado quando comunidades estáveis - com laços fortes de vizinhança e associativismo - e ocupando limites anteriores da cidade, modificaram-se por efeito da migração/imigração. Muitas das comunidades étnico/ culturais deixaram lentamente de existir com a chegada de novos migrantes/ imigrantes, implantação de empreendimentos imobiliários, residenciais, comerciais e industriais. Ainda que fizessem parte de um quadro duradouro de instabilidade das relações sociais, tais processos não ocorriam de um dia para o outro ou como conflitos deflagrados abertamente entre os diferentes grupos populacionais.

Shaw e McKay (1929) testaram as hipóteses de Park e Burgess (Park, Burgess *et al.*, 1925; Burgess, 1926) para o efeito de comunidade na saliência da delinquência juvenil e crime, e encontraram fatores positivos para dimensões tais como (1) estado físico, (2) status econômico, e (3) status da população. Variáveis como alta mobilidade residencial da população, (2) habitações abandonadas, precárias ou condenadas, famílias residindo em coabitação e alugueis, e (3) e proximidade com a indústria. Tais resultados corroboraram as hipóteses levantadas em estudos anteriores, consolidando a interpretação acerca dos efeitos da desorganização social sobre a criminalidade.

Para explicar estas relações estatísticas a proximidade com as fábricas e os alugueis baratos (na Zona de Transição) era vista como um fator positivo para as famílias recém chegadas (Philpott, 1991). Philpott afirma que tais bairros eram formados por habitações precárias, cortiços e alugueis coletivos, e conviviam em um cotidiano de negócios ilegais. Faltava, no âmbito comunitário, a infraestrutura necessária e políticas públicas eficazes para contrabalançar o efeito da fragilidade das instituições tradicionais da família e da comunidade. Houve um efeito generalizado de redução da influência de regras sociais compartilhadas com base nas instituições tradicionais, tais como famílias, igreja e comunidade. A desorganização social se expressava então na maior delinquência juvenil, desordem pública e retenção de criminosos (Burgess, 1926; Shaw e McKay, 1942).

Em resumo, a "desorganização social" e concentração geográfica dos crimes esteve relacionada com as rápidas mudanças econômicas, culturais e sociais quanto à concentração da pobreza urbana em algumas localidades. Nos bairros de maior crime, esse fenômeno se associou ao baixo status econômico, heterogeneidade étnica e alta mobilidade residencial, fatores esses que, segundo os autores, reduziam a capacidade das comunidades e das famílias em exercerem controle social direto e indireto sobre os filhos, e de dirigirem ações de conformidade destes para com a sociedade convencional. Como dissemos, o diagnóstico sobre a cidade apontou para o desajuste das instituições ao nível de comunidade. Tais fatores cumulativos explicariam, bem como a retenção de criminosos nessas localidades.

Em função do crescimento radial da cidade, sucessivas levas de migrantes escolhiam bairros cujos alugueis das residências fossem baratos e próximos das indústrias. Park e Burgess (1925) avaliaram que processo de urbanização impactou na conformação dos usos do espaço urbano e na própria estrutura social. As mudanças levaram a uma conseqüente redução da capacidade das comunidades e famílias em regular o comportamento infantil e juvenil, bem como reduziram os meios de monitoramento de normas e valores dos membros da comunidade.

Algumas áreas passaram a expressar maior concentração de crimes como efeito das condições precárias de vida dessas comunidades, e também pela tensão entre as novas e antigas estruturas sociais comunitárias e familiares. Ao mesmo tempo, as novas sociabilidades compatíveis ao meio urbano não se encontrariam completamente cristalizadas (Burgess e Bogue, 1964). O termo "desorganização social" foi usado para expressar o efeito adverso das rápidas mudanças ocorridas no processo de urbanização – sobretudo o enfraquecimento das instituições sociais tradicionais de controle social (família, religião e comunidade).

Famílias em mobilidade ascendente que residiam nos bairros da Zona de Transição - saíam dos bairros. À medida que isso ocorreu, novas famílias migrantes/ imigrantes buscaram na “zona de transição” as mesmas condições tais como aluguéis baratos e proximidade com empresas. Desse modo, as novas famílias e gerações se adaptariam às condições sociais preexistentes, reforçando o comportamento social favorável à criminalidade e delinquência. A mobilidade residencial mantinha o ciclo de precariedade das relações sociais mesmo após mudanças físicas (infra-estrutura) e populacionais (novas levas de migrantes/ imigrantes e subsequente mudança de perfil étnico).

Os pesquisadores apontavam que a variabilidade cultural e socioeconômica interna da cidade induziu a diferentes pressões do meio social para com os indivíduos, inclusive pressões no sentido do comportamento criminal. Desvantagens estruturais e existência de gangues juvenis era parte do processo de socialização dos jovens (Thrasher e Knox, 2000[1927]). Estas diferentes pressões que explicariam a variação da criminalidade nos diferentes distritos intra-urbanos, fator esse que estaria relacionado à necessidade das redes associativas, do papel da escola, assistência social e polícia.

Em função destas diferentes pressões para o crime (ver figura 6), diversos grupos raciais/populacionais residentes nas áreas de transição (afro-americanos, italianos, latinos, poloneses, exceto asiáticos) apresentaram alta taxa de delinquência frente aos jovens de outras áreas. Desvantagens estruturais e pressões sociais se relacionaram com o aumento da delinquência e criminalidade independentemente do grupo analisado, fazendo com que a relação entre raça/cultura e crime não explicasse a criminalidade.

As desvantagens estruturais da zona de transição fragilizavam as famílias e tornavam difícil a organização comunitária direcionada ao controle social informal frente à delinquência juvenil. Ao mesmo tempo, nessas comunidades os indivíduos apresentavam alta mobilidade residencial, fator este que aumentava as tensões. A instabilidade das relações sociais derivada da mobilidade residencial dificultou a construção de laços sociais estáveis, necessários ao controle social informal, e também a mobilização política (grupos de comerciantes locais tendiam a se isolar e investir menos nas comunidades).

Complementarmente, Thale (2005[2004]) afirma que, ao lado dos fatores macro-sociais - como o crescimento da população e da economia formal - ocorreu o crescimento dos negócios ilegais. Negócios ilegais na cidade variavam desde (ia) vendas não declaradas na contabilidade oficial de comércio e empresas (ib) trabalho infantil - proibido para menores de 14 anos pela Suprema Corte dos EUA em 1900 (ver Lindenmeyer, 2005[2004])- , até (ii) atividades explicitamente ilegais tais como (iia) jogos de azar, (iib) drogas e (iic) prostituição.

De 1920-1930 a proibição do comércio de bebidas alcoólicas fez com que o crime organizado prosperasse a tal ponto que teriam movimentado cerca de U\$ 60 milhões em 1927(Thale, 2005[2004]). Os grupos criminosos detinham alta capacidade de corrupção política, policial e de juizes, e isto foi usado para manterem seus negócios, expandirem sua influência e aumentarem a tolerância (e mesmo o apoio explícito) para com o crime tanto ao nível de governos quanto de comunidades. Como escreveu Thale, essa relação entre pobreza, crime e mercado ilegal fez com que

conflitos diversos fossem resolvidos via homicídios.

Tais negócios moldaram a estrutura de oportunidades em bairros pobres, principalmente nos bairros onde residiam italianos pobres e nos bairros de afro-americanos. Em ambos os casos, as comunidades não detinham recursos para se opor às gangues e grupos criminosos, e isso ocorria em função da capacidade dos grupos criminosos recrutarem jovens pobres das comunidades. O efeito agregado desses problemas era que, ao lado da divisão administrativa da cidade, parcelas consideráveis do território - sobretudo na Zona de Transição - eram controladas por gangues (ver Allsop, 2005[2004]). Ora, uma vez mais, qualquer semelhança com a organização espacial-desorganização social de certas metrópoles brasileiras é bem mais do que mera coincidência, o que ressalta a importância da Escola de Chicago para o estudo da criminalidade no Brasil.

2.3 Transmissão cultural da criminalidade

Os resultados obtidos pelos pesquisadores da Escola de Chicago revelaram que a criminalidade mostrou-se influenciada por pressões ambientais relacionadas ao grau de desorganização social das comunidades. Primeiramente, a própria desorganização social ocorreu independente dos grupos raciais e culturais que residiam na Zona de Transição (Park, Burgess *et al.*, 1925; Burgess, 1926; Shaw, Zorbaugh *et al.*, 1929; Shaw e Burgess, 1930). Em segundo lugar, observaram que a mudança populacional nas áreas de maior criminalidade não levava à redução do número de crimes (Shaw e McKay (1929). Mesmo após mudanças na infraestrutura, nas políticas públicas e no perfil cultural e étnico da população, as taxas mantinham-se estáveis por vários anos, e mesmo décadas.

Buscando explicar os fatores associados à manutenção dos índices criminais, Shaw, Burgess e associados (Shaw, Zorbaugh *et al.*, 1929; Shaw e Burgess, 1930; Shaw e McKay, 1942) levantaram a tese da transmissão cultural. O mecanismo de transmissão cultural resultaria da exposição das comunidades recém-chegadas a um contexto de relações sociais previamente deterioradas. O contato com esta dinâmica de relações repetir-se-ia ao longo do tempo, e passaria como padrão de sociabilidade para as crianças e jovens, repetindo o processo ao longo das gerações.

O que os pesquisadores detectaram foi que as gangues juvenis emergiam a partir dos laços de vizinhança cultivados ao longo da infância e juventude. Uma vez que os jovens não tinham oportunidades de desempenho de papéis e responsabilidades convencionais, a delinquência juvenil adquiria uma estrutura de valores e se apresentava como modelo de comportamento a ser seguido. Em função disso, a inserção no crime decorreu da socialização adversa precisamente por que essa socialização já se inseriria, à priori, dentro de uma estrutura de oportunidades ilegítimas, em que, para si e para sua comunidade as vias convencionais pelo trabalho e estudo mostravam-se bloqueadas.

Muitos jovens aprendiam que os modelos de recompensa se baseavam em disputa por recursos escassos, e isso em um contexto em que modelos de sucesso individual se ligaram ao crime. Alguns jovens buscaram formar sua própria gangue e/ou adentrar nos grupos ilegais existentes. O próprio Al Capone havia sido um bem sucedido membro de gangue. E os jovens poderiam ver, igualmente, o cafetão, o agiota, o jogador, o traficante, etc., como os modelos de sucesso mais próximos, facilmente

acessíveis. Em resumo, dentro da estrutura de oportunidades ilegítimas/ ilegais, os criminosos possuíam alta reputação positiva que era acompanhada de símbolos de status, dinheiro e poder político. Baseados em atividades ilegais, esses modelos de sucesso não dependeriam de grandes investimentos em escolaridade ou habilidades específicas obtidas via treinamento formal, geralmente demorado.

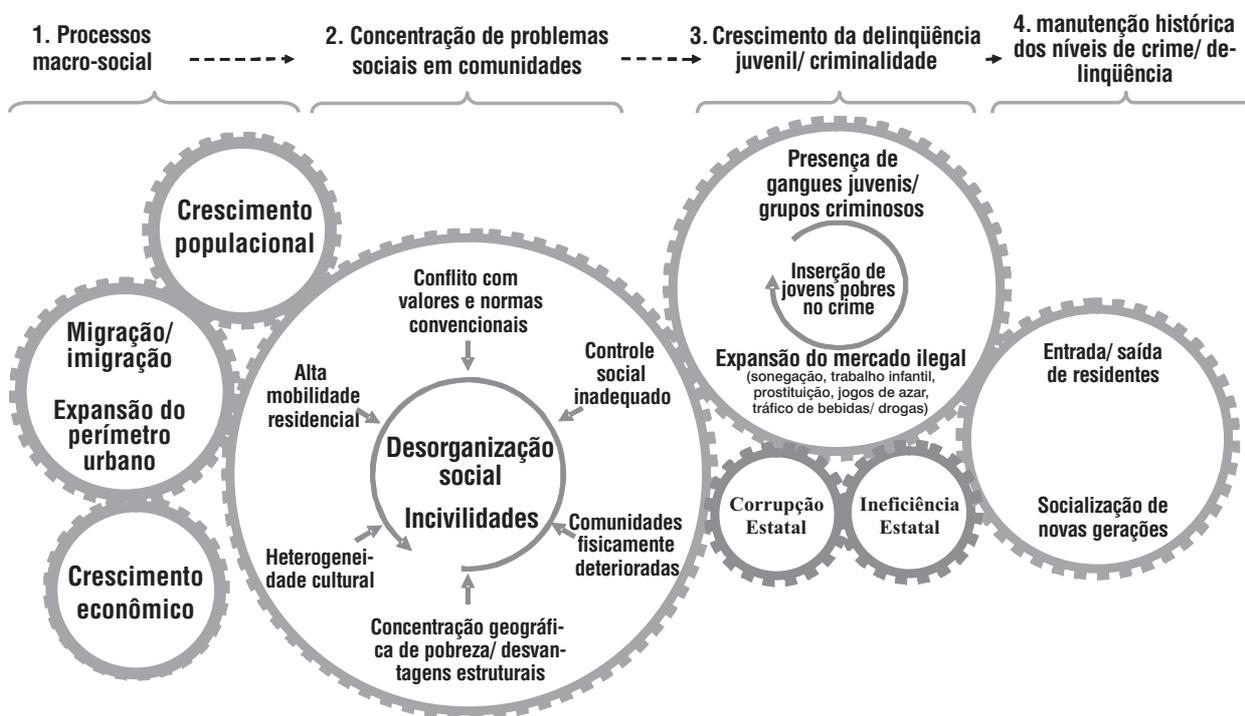
Ainda, a desorganização social aumentou a atração dos jovens para modelos de comportamento baseados em gangues juvenis. Além das privações em si mesmas e pressões financeiras para o crime, o desemprego persistente pode ser interpretado como o fracasso dos modelos de comportamento convencional e parental. Isto era um sinal que a estrutura de valores das instituições tradicionais, tais como trabalho, família, escola e igreja encontravam-se frágeis para promoverem uma via de inserção segura e monitorada na vida adulta.

Desorganização social, altas taxas de delinquência e crime eram processos que terminavam por neutralizar a ação de instituições sociais convencionais - tais como família, escola, redes de vizinhança e assistência social - no controle social informal. E isso pode ser detectado no fato que os delitos mostraram-se inversamente relacionados com mecanismos informais de controle social dos filhos, bem como no tempo dedicado ao desenvolvimento de atividades convencionais no âmbito das comunidades.

Por fim, em um estudo de Shaw e McKay (1942) avaliaram que as taxas de crime entre as diferentes Zonas eram basicamente equivalentes, havendo também uma redução dos índices (ver figura 3) o que significou que fatores sociais de crime teriam se atenuado. Em lugar de desorganização social, algumas variáveis específicas persistiam relacionadas à delinquência, retroalimentando o mecanismo social (Stinchcombe, 1968). Shaw e McKay detectaram que houve uma relação negativa ($r = 0,69$, não significativa) entre posse de casa própria e delinquência, e correlações positivas entre número de casas abandonadas e delinquência (índice de Pearson $r=0,73$, porém não significativo).

De modo mais amplo, um dos resultados mais importantes da Escola de Chicago é são os estudos que buscaram compreender os efeitos da rápida expansão econômica e populacional na ordem social ao nível de comunidade, e no impacto desses fatores na expansão da criminalidade. Essas mudanças podem levar a acréscimos ou redução da criminalidade. No caso dos bairros situados na Zona de Transição, o efeito detectado foi a redução das relações de vizinhança e o concomitante aumento das incividades, criando um ambiente propício às gangues e à atuação de criminosos.

Figura 6 - Modelo teórico geral da Escola de Chicago



Fonte: Elaboração própria

3. PARADIGMA SOCIOLÓGICO E ENGENHARIA SOCIAL: ESCOLA DE CHICAGO E POLÍTICAS PÚBLICAS

3.1 Problemas sociais e ação dos governos

A cultura política norte-americana - fortemente ancorada na autonomia e individualismo dos cidadãos, no ativismo comunitário e dos grupos de interesse -, pairavam dúvidas quanto a limitação da intervenção estatal na vida social. A relação intrínseca entre individualismo e organização dos cidadãos em suas comunidades, bem como um anti-estatal (como uma "máquina" que se eleva acima dos cidadãos comuns), seriam aspectos comuns à cultura política norte-americana desde os primeiros colonizadores (Tocqueville, 1998).

Na virada do séc. XIX para séc. XX e na cidade de Chicago em particular, tal perspectiva apresentava limites práticos frente à emergência de problemas sociais complexos, em função do crescimento econômico e populacional. Ao mesmo tempo em que era permeada por grupos de interesse diversos que se empenharam na luta por "bons governos" (Teaford, 2005[2004]), a cultura política da cidade era profundamente ambígua. Se alguns buscando o desenvolvimento da cidade e da máquina pública, outros se empenharam práticas eleitorais corruptas relacionadas ao agenciamento ilegal de votos dos migrantes/ imigrantes fracamente ligados à política da cidade. Tamanho o conflito que a limitação dos direitos políticos dos migrantes/ imigrantes chegou a ser debatida (Einhorn, 2005[2004]).

Em uma cidade que crescia rapidamente, muitas das intervenções governamentais na vida social passavam por avaliação de que o intervencionismo dos governos seria abusivo. Os limites e o papel da intervenção dos governos precisaram ser resolvidos. A filosofia norte-americana da época - denominada "pragmatismo" - com destaque para as contribuições de Dewey (Dewey, Moore *et al.*, 1917; Dewey, 1928; 1935) e George H. Mead (Mead e Morris, 1934; Mead, Morris *et al.*, 1938) – defendeu protagonismo dos governos frente aos problemas da cidade, mas mantendo uma responsabilidade crescente para com a cidade. Ao mesmo tempo, buscou precisar sobre o papel da pesquisa acadêmica em relação aos problemas da cidade, sobretudo nas chamadas questões sociais.

Para superar estas questões teóricas, três resultados da filosofia pragmática influenciaram subsequentemente a Escola de Chicago. O primeiro relaciona-se à defesa dos desdobramentos práticos da pesquisa social. O segundo aspecto deu relevância às evidências empíricas para as teorias sociais. No primeiro caso, significou que as reflexões sobre os problemas sociais não poderiam ser separados das propostas empíricas direcionadas para a solução destes mesmos problemas. O vínculo empírico dos estudos direcionava-se com a busca das necessárias soluções técnicas para resolvê-los (Abbott e Wurr, 2005[2004]).

Em segundo lugar, e ao mesmo tempo, os problemas sociais (saúde, educação, emprego, criminalidade, imigração, moradia, etc.) possuíam a característica comum que suas soluções excediam o esforço individual ou de grupos, e de afetarem o bem estar geral da população, mesmo que alguns indivíduos não estivessem diretamente afetados aos problemas. Dewey e Mead avaliaram que problemas sociais mostravam-se eram entraves ao progresso e desenvolvimento moral da sociedade. Em função disso, a ação reformista dos governos era necessária (Mead e Morris, 1934; Leon-Guerrero, 2009).

Um terceiro aspecto defendido pelos filósofos pragmáticos relaciona-se ao papel do empirismo na discussão das ideias. Estas deveriam estar ancoradas em relatórios sobre as condições de vida das populações. Tal esforço empírico da pesquisa social elegia o trabalho de campo como componente importante como critério de validade do empreendimento científico. No início do séc. XX, a importância dada à pesquisa social como um empreendimento empírico significou, por parte dos pesquisadores da Escola de Chicago, o desenvolvimento de um estilo diferente da sociologia europeia, em que essa última valorizava mais a articulação teórica – à exceção de Durkheim -, do que estudos empíricos.

Em relação à justificativa quanto à necessidade de coordenação da ação entre cidadãos, comunidades e governos, Mead respondeu a esta questão afirmando que não havia oposição automática entre o individualismo e perspectivas coletivistas centradas no ativismo governamental. Segundo Mead (1934), a mecânica cognitiva que permitiria este equilíbrio – entre o cidadão individual e o governo; e entre os grupos estabelecidos e os migrantes/imigrantes pobres - adviria da convergência entre os diferentes interesses individuais e coletivos. O individualismo seria uma condição necessária para que os indivíduos reconhecessem a importância da posição do "outro".

Esta reflexão tinha repercussões políticas evidentes frente à complexidade dos problemas sociais, e às necessidades de reforma, construção institucional e assimilação dos migrantes às instituições sociais e políticas americanas. Ao fazerem isso, as soluções elaboradas resultariam do esforço conjunto de cidadãos e governos, e atenderiam uma gama populacional ampla. Interesses e interpretação das soluções dos problemas sociais da sociedade convergiriam quando cada indivíduo,

autonomamente, compreendesse os problemas dos demais e da sociedade como um todo⁴.

A interpretação da importância das políticas sociais representava também um programa para a ação, uma meta a ser perseguida tendo em conta a assimilação dos migrantes/ imigrantes. Por isso, em uma sociedade marcada por fortes clivagens culturais, étnicas, de renda e de oposição entre populações locais e migrantes/ imigrantes, a orientação filosófica pragmática teria o efeito conjunto de defender a expressão institucional dos conflitos e diferenças sociais como meio necessário para reduzir tais conflitos e incorporar social, econômica e culturalmente os novos grupos populacionais que vieram residir na cidade.

De modo mais amplo, os autores defenderam que sociedade e governos promovessem a missão reformista, civilizadora, direcionada para a construção de normas, símbolos, identidades e um horizonte social comum e universalista [Mead(1901) Mead e Park (1922; 1972)]. Adicionalmente, Mead e Park defenderam que a dinâmica da industrialização da sociedade americana e sua democracia presumiam que a sociedade se convencesse que essa assimilação era necessária, possível, e que exigia tanto o ativismo social quanto do Estado. Os migrantes/ imigrantes deveriam ser assimilados e, como parte deste processo, era necessário vê-los como demandantes de políticas públicas e como parte integrante da sociedade norte-americana.

A conexão entre iniciativa social e governamental, pugnada por Mead, visava um novo equilíbrio entre a cultura política estadunidense e a crescente demanda de intervenção dos governos na vida social. A intervenção dos governos era necessária para a assimilação cultural. E para que essa assimilação ocorresse, os intelectuais teriam um papel importante. Essa importância abrange a pesquisa dos problemas sociais, implicando no planejamento urbano e na crescente necessidade de educação das massas (Dewey, 1928; 1938), e na expansão do papel da opinião pública (Park, 1904; 1922; 1955). Em muitos aspectos, tal posição reeditou a crença iluminista no progresso e na capacidade humana de intervenção nos problemas sociais, na mudança social planejada e na construção das instituições democráticas.

3.2 Políticas de redução do crime e delinquência

Os pesquisadores da Escola de Chicago compartilhavam a visão de que a sociabilidade urbana seria passível de mudança racional a partir de intervenções de políticas públicas, pela construção de instituições e de símbolos comuns. O sentido de identidade coletiva e a adesão aos símbolos comuns da cidade seriam parte da expansão do controle social. Por sua vez, o cenário de “desorganização social das comunidades” situadas na Zona de Transição demandou maiores esforços das instituições de Estado, como a escola, o serviço social e a polícia -, e sua consequente coordenação com instituições comunitárias (Shaw, Zorbaugh *et al.*, 1929; Shaw, McKay *et al.*, 1938; 1942). Os estudiosos propuseram que para a tarefa de controle social era necessário o trabalho conjunto entre políticas de Estado e cooperação comunitária.

Estas duas linhas de intervenções – macro-social e comunitária - deram relevância para o planeja-

⁴ Essa posição concordaria com a abordagem feita por Tocqueville(1934; 1964)(1934; 1964) sobre a democracia americana. Tocqueville(1934; 1964)(1934; 1964) compreendeu de forma otimista o dilema democrático da América. A inevitabilidade democrática teria, em contrapartida, a estabilidade sob as mãos das massas populares, compostas, nos EUA, por pessoas individualistas e ao mesmo tempo reunidas em diversos grupos de interesse.

mento urbano como método de redução dos problemas sociais ao nível de comunidade (saúde, educação e infra-estrutura), conjugadas com ações direcionadas a reforçar laços sociais primários (família) e de vizinhança. Deveriam agir juntos às instituições como escola, polícia, etc., - e centros comunitários, igrejas, associações esportivas e de lazer. O ativismo comunitário foi defendido como condição necessária para aumentar o controle social de crianças e jovens, e o monitoramento de atividades ilegais.

Tratar-se-ia da expansão do papel do Estado no planejamento urbano, na melhoria da ação policial e expansão de oportunidades econômicas, no reforço ao papel da assistência social junto às famílias de bairros pobres. Tais ações envolviam soluções face às desvantagens estruturais e sociais como a pobreza, mulheres chefes de família, e o desemprego. Por meio da melhoria da qualidade de políticas públicas, buscava-se o fortalecimento dos vínculos comunitários com vistas a proverem maior monitoramento, empoderamento e oportunidades de desempenho de papéis convencionais para os jovens - sobretudo delinquentes -, aprimoramento da educação, esporte e lazer monitorado para crianças e jovens.

No campo jurídico, a Escola de Chicago influenciou na criação de um próprio estatuto jurídico da infância (Dodge, 2005[2004]). A cidade de Chicago no início do séc. XX construiu o primeiro tribunal juvenil cuja intenção seria de ajudar a lidar com crianças e jovens problemáticos (evasão escolar, precocidade sexual, fugas, agressão, etc) (Sampson, 2001; Lindenmeyer, 2005[2004]). Foi defendido que a infância e juventude fossem vistas como um público com necessidades específicas diante da Lei, e que a o tratamento da delinquência juvenil impactaria na redução da criminalidade adulta.

Por sua vez, em termos de políticas públicas direcionadas aos jovens, Clifford Shaw inaugura, em 1930, o Projeto de Áreas de Chicago (Chicago Area Project - CAP)(Wolcott e Schlossman, 2005[2004]). A ideia era implantar muitas das prescrições de empoderamento juvenil identificadas em estudos anteriores. Destaque foi dado ao fortalecimento das relações comunitárias e no monitoramento juvenil(Lindenmeyer, 2005[2004]).

Implantadas as medidas do CAP, a redução de crimes em alguns bairros foi pouco significativa, ou que retornava a patamares anteriores. O Projeto avaliou que havia um efeito inercial do comportamento delituoso, bem como a necessidade de intervenções urbanas estruturais. Ocorreu também que, nas décadas de 30 e seguintes, comunidades brancas, apresentaram mobilidade social ascendente maior que a dos negros, sendo que esses últimos segregados.

A despeito dessas mudanças e problemas complexos, o programa buscou ajudar as comunidades para que elas mesmas, com apoio e suporte externo, pudessem mobilizar seus jovens. E em resposta ao fato que em muitos casos a delinquência não se reduzia, o semanário Harper's, publicado em 1944 afirmou que:

Talvez os resultados do Projeto não devam ser medidos apenas pela taxa de delinquência juvenil. O projeto revelou talentos latentes dentro das comunidades. Comitês têm melhorado as relações de pais e professores e compartilhado a responsabilidade pela frequência à escola e do desempenho. Trouxeram o suporte da opinião pública sobre os fatores específicos que contribuem para a delinquência

⁵ <http://www.chicagoareaproject.org/historical-look-chicago-area-project>.

juvenil. O programa conseguiu afastar crianças do crime e reincorporar aqueles que estavam em liberdade condicional ao cotidiano do bairro”. (tradução nossa)⁵.

Ressalte-se que o Projeto para as Áreas de Chicago ainda existe e atue até o presente em dezenas de bairros da cidade⁶. Os objetivos do CAP permanecem iguais, mudando apenas o modo de trabalho com as novas gerações, exigências institucionais e novas populações migrantes (latinos, principalmente) que incrementado a força de trabalho na cidade. Por fim, a importância do CAP das políticas de prevenção ao crime pode ser percebida pela duração do projeto, por capacidade de conectar diversas esferas de governo e mesmo por se constituir um constante mecanismo de mobilização política das comunidades.

4. CRÍTICAS À ESCOLA DE CHICAGO

Embora reconhecendo o caráter inovador da Escola de Chicago, em que os avanços teóricos e metodológicos foram importantes, críticas diversas foram levantadas. A meta dessa seção é expor tais críticas e algumas respostas que lhes foram dadas.

Primeiramente, há a crítica para com o uso do termo “desorganização social” e como mensurá-lo⁷ (Whyte 2005[1943]), bem como a conexão direta entre “desorganização social”, gangues e crime. Esta relação foi questionada com maior propriedade nos trabalhos etnográficos de Whyte (2005[1943]). O autor identificou os membros de gangs como adultos jovens com poucas oportunidades fora de seu grupo social e de suas comunidades. Esses resultados corroboraram com o que era prescrito pela teoria.

Whyte opôs-se ao determinismo quanto à influência do meio social no comportamento individual, a ideia de que todos os jovens estavam direcionados à criminalidade e a hipóteses de que as comunidades não teriam uma estrutura social⁸. As gangues, segundo avalia, seriam um lugar social onde os jovens das famílias pobres poderiam relaciona-se e dar um significado às suas vidas. Embora muitas das gangues inserirem-se em atividades ilegais, não significa que essa seria uma característica igual em todas elas.

O autor afirmou que a comunidade italiana de Nort End (Boston-USA) contava com diversos dos problemas citados pela Teoria da Desorganização Social. Todavia, sua visão – a partir de um olhar interno das relações sociais da comunidade - divergia do modo como comunidades em situação congênera eram descritas pelo enfoque da Escola de Chicago. As famílias italianas tinham suas próprias tradições, hábitos e religião. Mesmo com dificuldades econômicas e problemas sociais diversos, isso não significava ausência de estrutura, mas sim a existência de uma estrutura social diferenciada em meio

⁶ <http://www.chicagoareaproject.org/>

⁷ Ademais, o termo “desorganização social”, em seu sentido lato, como oposto à “organização social”, relaciona-se diretamente à ideia de uma “ordem social”, o que não foi claramente definido pelos autores da Escola de Chicago.

⁸ Mesmo após o crash da bolsa de valores de 1929 e sua influência nas condições de vida dos residentes na comunidade italiana de Nort End (Boston), o pesquisador descreveu que a pressão direcionada ao comportamento criminal não atinge igualmente todas as pessoas da comunidade.

à cultura dominante americana.

A imprecisão conceitual do termo “desorganização social” tornou necessário reenquadrar o termo conforme a definição de Kornhauser (1978). A autora definiu a desorganização social como a “*incapacidade de uma comunidade realizar objetivos comuns relacionados ao controle social de suas crianças e seus jovens*”. Nessa mesma linha, estudos recentes mantiveram conclusões como o efeito da concentração de pobreza e crime (Sampson e Wilson., 1995), enquanto outros chamaram a atenção para o efeito de isolamento social das comunidades pobres (Wilson, 1990), a segregação residencial (Massey e Denton, 1993).

Entretanto, um ponto ausente na teoria da desorganização social consiste em não explicar por que a maioria dos jovens pobres não cometeria delitos e por que os jovens de áreas de maior renda cometeriam delitos. Essas questões foram levantadas por Sutherland para a teoria da Associação Diferencial/ Aprendizado Social (Sutherland, 1955). A proposta desse autor foi o de inserir em como o processo de aprendizado social explicaria diversos crimes, independente de serem esses associados à pobreza.

Em termos metodológicos, outro conjunto de críticas apontou que o “efeito de vizinhança”⁹ nem sempre ocorre, e isso tende a levantar questionamentos quanto ao determinismo social das regiões/zonas da cidade sobre bairros específicos e sobre o comportamento do indivíduo. Em termos metodológicos, isso significa que o uso de variáveis agregadas pode ser inválido quando forem feitos testes ao nível de indivíduo, problema esse definido tecnicamente como “falácias ecológicas” (Piquero e Weisburd, 2009).

Críticas também foram dirigidas ao uso de estatísticas oficiais. Elas expressariam o esforço diferencial das agências policiais sobre os jovens pobres, deixando descobertos os delitos cometidos jovens de maior renda (Clayton, 2005; Scott, 2005). Adicionalmente, essa questão expressa a relevância de estudos de comportamento das agências policiais. E esse tema relaciona-se também com o fato que as prescrições da Escola de Chicago influenciaram diversas políticas públicas, mas pouco os trabalhos policiais (Skolnick, 2001).

Por fim, Park e Burgess avaliaram que o crescimento contínuo e radial da cidade seria um padrão aplicável a outras cidades do mundo. Com o advento de pesquisas, foram desenvolvidos outros modelos teóricos, tais como o modelo de setores proposto por Hoyt (1939) e a teoria dos núcleos

⁹ Efeito vizinhança (em inglês “Neighbourhood”) implica que comunidades próximas tendem a assumir características semelhantes. O “efeito vizinhança” considera comunidades próximas são mais parecidas por que as pessoas que ali residem também se parecem em termos sociais e econômicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBOTT, A.; WURR, J. **Chicago Studied: Social Scientists and Their City.** The Electronic Encyclopedia of Chicago/ The Encyclopedia of Chicago. Chicago: The Newberry Library/ Chicago Historical Society 2005[2004].

ALLSOP, J. **Organized Crime in 1920s Chicago.** The Electronic Encyclopedia of Chicago/ The Encyclopedia of Chicago. Chicago: The Newberry Library/ Chicago Historical Society 2005[2004].

BURGESS, E. W. **The urban community : selected papers from the Proceedings of the American sociological society, 1925.** Chicago: University of Chicago Press, 1926. xii, 268 p.

BURGESS, E. W.; BOGUE, D. J. **Contributions to urban sociology.** Chicago, : University of Chicago Press, 1964. xi, 673 p.

CLAYTON, M. Criminal Justice Records. In: KIMBERLY, K.-L. (Ed.). **Encyclopedia of Social Measurement.** New York: Elsevier, 2005. p.551-556. ISBN 978-0-12-369398-3.

CUTLER, I. **Jews.** The Electronic Encyclopedia of Chicago/ The Encyclopedia of Chicago. Chicago: The Newberry Library/ Chicago Historical Society 2005[2004].

DE PALMA, B. et al. **The Untouchables.** United States: Paramount Pictures: 12 reels of 12 on 6 (10731 ft.) p. 1987.

DEWEY, J. **Democracy and education: an introduction to the philosophy of education.** New York: 1928.

DEWEY, J. **Liberalism and social action.** New York :: Putnam's, 1935.

DEWEY, J. **Experience and education.** New York: The Macmillan company, 1938.

DEWEY, J. et al. **Creative intelligence.** New York, : H. Holt and company, 1917. iv p., 2 l.,

DODGE, L. M. **Juvenile Justice Reform.** The Electronic Encyclopedia of Chicago/ The Encyclopedia of Chicago. Chicago: The Newberry Library/ Chicago Historical Society 2005[2004].

DUIS, P. R. **World War II.** The Electronic Encyclopedia of Chicago/ The Encyclopedia of Chicago. Chicago: The Newberry Library/ Chicago Historical Society 2005[2004].

DURKHEIM, É. **La división del trabajo social.** 3a.ed. Madrid: Akal, 1995. 491 p.

- ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. 224
- FRAZIER, E. F. **The Negro family in Chicago**. Chicago, Ill., The University of Chicago press: 1932. xxv, 294 p.
- FRAZIER, E. F. **The Negro in the United States**. New York : Macmillan Co, 1949.
- GROSSMAN, J. **Great Migration**. The Electronic Encyclopedia of Chicago/ The Encyclopedia of Chicago. Chicago: The Newberry Library/ Chicago Historical Society 2005[2004].
- HARZIG, C. **Germans**. The Electronic Encyclopedia of Chicago/ The Encyclopedia of Chicago. Chicago: The Newberry Library/ Chicago Historical Society 2005[2004].
- HOYT, H.; UNITED STATES. FEDERAL HOUSING ADMINISTRATION. **The structure and growth of residential neighborhoods in American cities**. Washington, : U.S. Govt. print. off., 1939. vi, 178 p.
- HRYCAK, A. **Ukrainians**. The Electronic Encyclopedia of Chicago/ The Encyclopedia of Chicago. Chicago: The Newberry Library/ Chicago Historical Society 2005[2004].
- KORNHAUSER, R. R. **Social sources of delinquency : an appraisal of analytic models**. Chicago: University of Chicago Press, 1978. ix, 277 p. ISBN 0226451135.
- LEON-GUERRERO, A. **Social problems: community, policy, and social action**. 2nd. Thousand Oaks: Pine Forge Press, 2009. xxi, 517 p. ISBN 9781412959667 (pbk. acid-free paper). Disponível em: < <http://www.loc.gov/catdir/toc/ecip0810/2008004785.html> >.
- LINDENMEYER, K. **Children and the Law**. The Electronic Encyclopedia of Chicago/ The Encyclopedia of Chicago. Chicago: The Newberry Library/ Chicago Historical Society 2005[2004].
- MASSEY, D. S.; DENTON, N. A. **American apartheid: segregation and the making of the underclass**. Cambridge: Harvard University Press, 1993. 292 ISBN 9780674018211. Disponível em: < <http://books.google.com/books?id=uGsIMsIBNBsC> >.
- MEAD, G. H. **On social psychology; selected papers**. [Rev. ed]. Chicago, : University of Chicago Press, 1964. xxv, 358 p.
- MEAD, G. H.; MORRIS, C. W. **Mind, self & society from the standpoint of a social behaviorist**. Chicago, Ill., : The University of Chicago press, 1934. xxxviii, 400, 1 p.
- MEAD, G. H. et al. **The philosophy of the act**. Chicago, Ill., : The University of Chicago press, 1938. lxxxiv, 696 p.

PARK, R. E. **Society: collective behavior, news and opinion, sociology and modern society.** Glencoe, Ill., : Free Press, 1955. 358 p.

PARK, R. E. **The crowd and the public, and other essays.** Chicago, : University of Chicago Press, 1972. xxxii, 146 p. ISBN 0226646092.

PARK, R. E. et al. **The city.** Chicago, Ill., : The University of Chicago Press, 1925. xi, 239 p.

PARK, R. E.; TURNER, R. H. **On social control and collective behavior. Selected papers.** [1st Phoenix. Chicago, : University of Chicago Press, 1967. xlv, 274 p.

PHILPOTT, T. L. **The slum and the ghetto : immigrants, Blacks, and reformers in Chicago, 1880-1930.** Belmont, Calif.: Wadsworth Pub. Co., 1991. xxiv, 437 p. ISBN 0534147429.

PIQUERO, A.; WEISBURD, D. **Handbook of Quantitative Criminology.** Springer, 2009. ISBN 9780387776491. Disponível em: < <http://books.google.com/books?id=JfLk2m9vAEQC> >.

ROEDIGER, D. R. **Racism, Ethnicity, and White Identity.** The Electronic Encyclopedia of Chicago/ The Encyclopedia of Chicago. Chicago: The Newberry Library/ Chicago Historical Society 2005[2004].

ROSS, E. A. **Social control: a survey of the foundations of order.** The Macmillan Company, 1901. 463 Disponível em:
< <http://ia700407.us.archive.org/3/items/cu31924014031995/cu31924014031995.pdf>,
<http://books.google.com/books?id=3NvvOphtae0C> >.

RUTH, D. E. **Crime and Chicago's Image.** The Electronic Encyclopedia of Chicago/ The Encyclopedia of Chicago. Chicago: The Newberry Library/ Chicago Historical Society 2005[2004].

SAMPSON, R. J. **Delinquency, Sociology of.** International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences. SMELSER, N. J. e BALTES, P. B. Palo Alto and Berlin: Elsevier Science Ltd: 3380-3384 p. 2001.

SAMPSON, R. J.; MORENOFF, J. D. Ecological perspectives on the Neighborhood Context of Urban Poverty: past and present. In: BROOKS-GUNN, J.; DUNCAN, G. J., *et al* (Ed.). **Neighborhood Poverty: Policy implications in studying neighborhoods.** New York: Russell Sage Foundation, 1997. cap. 1-22, p.288. ISBN 9780871541468.

SAMPSON, R. J.; WILSON., W. J. Toward a Theory of Race, Crime, and Urban Inequality. In: HAGAN, J. e PETERSON, R. (Ed.). **Crime and Inequality.** Stanford, CA: Stanford University Press, 1995. p.37-54.

- SCOTT, A. Police Records and the Uniform Crime Reports. In: KIMBERLY, K.-L. (Ed.). **Encyclopedia of Social Measurement**. New York: Elsevier, 2005. p.81-87. ISBN 978-0-12-369398-3.
- SHAW, C. R.; BURGESS, E. W. **The jack-roller, a delinquent boy's own story**. Chicago, Ill., : The University of Chicago press, 1930. xv, 205 p.
- SHAW, C. R.; MCKAY, H. D. **Juvenile delinquency and urban areas, a study of rates of delinquents in relation to differential characteristics of local communities in American cities**. Chicago, Ill., : The University of Chicago Press, 1942. xxxii, 451 p. incl. tables, diags.
- SHAW, C. R. et al. **Brothers in crime**. Chicago, Ill., : The University of Chicago press, 1938. xv, 364 p.
- SHAW, C. R. et al. **Delinquency areas**. Chicago, Ill., : The University of Chicago press, 1929. xxi, 214 p.
- SKERRETT, E. **Irish**. The Electronic Encyclopedia of Chicago/ The Encyclopedia of Chicago. Chicago: The Newberry Library/ Chicago Historical Society 2005[2004]
- SKOLNICK, J. H. **Policing**. International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences. NEIL, J. S. e PAUL, B. B. Oxford: Pergamon: 11535-11541 p. 2001.
- STEFFES, T. **Chinese**. The Electronic Encyclopedia of Chicago/ The Encyclopedia of Chicago. Chicago: The Newberry Library/ Chicago Historical Society 2005[2004].
- STINCHCOMBE, A. L. **Constructing social theories**. New York, : Harcourt, 1968. xv, 303 p.
- SUTHERLAND, E. H. **Principles of criminology**. 5th. Philadelphia, : Lippincott, 1955. 646 p.
- TEAFORD, J. C. **Good Government Movements**. The Electronic Encyclopedia of Chicago/ The Encyclopedia of Chicago. Chicago: The Newberry Library/ Chicago Historical Society 2005[2004].
- THALE, C. **Underground Economy**. The Electronic Encyclopedia of Chicago/ The Encyclopedia of Chicago. Chicago: The Newberry Library/ Chicago Historical Society 2005[2004].
- THOMAS, W. I.; ZNANIECKI, F. **The Polish peasant in Europe and America; monograph of an immigrant group**. Chicago, Ill., : The University of Chicago press, 1918.
- THRASHER, F. M.; KNOX, G. W. **The gang: a study of 1,313 gangs in Chicago**. 2000. Peotone, Ill.: New Chicago School Press, 2000[1927]. 239 p. ISBN 0966515552.
- TOCQUEVILLE, A. D. **A democracia na América: leis e costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ULLMAN, E. L.; HARRIS, C. **The Nature of Cities**. Annals of the American Academy of Political and Social Science. 17:242:7 p. 1945.

VECOLI, R. J. **Italians**. The Electronic Encyclopedia of Chicago/ The Encyclopedia of Chicago. Chicago: The Newberry Library/ Chicago Historical Society 2005[2004].

WHYTE, W. F. **Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre**. 1ª. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005[1943]. 390 ISBN 9788571108608. Disponível em: < <http://books.google.com.br/books?id=RKET5cRugsQC> >.

WILSON, W. J. **The Truly Disadvantaged: The Inner City, the Underclass, and Public Policy**. Chicago: University Of Chicago Press, 1990. 261 ISBN ISBN-10: 0226901319, ISBN-13: 978-0226901312.

WOLCOTT, D.; SCHLOSSMAN, S. **Chicago Area Project**. The Electronic Encyclopedia of Chicago/ The Encyclopedia of Chicago. Chicago: The Newberry Library/ Chicago Historical Society 2005[2004].